

OBRIGAÇÕES FUTURAS COM A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ANÁLISE LONGITUDINAL

Bernardo P. Schettini

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

E-mail: <bernardo.schettini@ipea.gov.br>

Este estudo constrói três indicadores dos níveis de fundeamento dos regimes próprios de previdência social (RRPS) dos municípios a partir de demonstrativos atuariais e relatórios orçamentários: *deficit* atuarial por habitante, ativos por segurado e contribuições sobre a base de cálculo. Os dados são referentes aos anos de 2008 e 2012, e o universo estudado é formado pelos mais de 1,8 mil municípios que mantiveram seu RPPS em funcionamento nesse período, mas muitos deles apresentaram ausência de dados e ficaram de fora da análise econométrica.

Por meio de uma regressão de painel com efeitos fixos, são examinados dois conjuntos de fatores que afetam os níveis de fundeamento de acordo com a teoria: quadro político-eleitoral e situação fiscal. O primeiro grupo inclui o número de candidatos por vaga nas eleições para prefeito, o número de candidatos por cadeira na Câmara de Vereadores e variáveis binárias para prefeitos que governam com apoio da maioria no Legislativo e que estão exercendo o segundo mandato. Outra variável política examinada é o número de sindicatos em relação ao total de trabalhadores. No segundo estão a taxa de variação das receitas correntes nos últimos anos e uma variável binária que diz se o município ficou acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para gastos com pessoal recentemente. As regressões consideram ainda as características dos planos, tais como a composição dos segurados, a escala, a remuneração média e se foi adotado o desenho de segregação de massas.

Os resultados sugerem que a teoria de suavização dos impostos se adequa bem aos dados dos municípios e mostram que o quadro político-eleitoral pode ser relevante, apesar de parte da variação estar relacionada a tendências gerais. No que diz respeito à situação fiscal, embora mudanças pequenas no orçamento não sejam tão relevantes, cabe destacar que todos os indicadores dos níveis de fundeamento se deterioraram diante de

situações extremas, captadas pelo indicador da LRF. Com relação aos fatores político-eleitorais, o número de sindicatos por trabalhador e a competição nas eleições para prefeito não são relevantes, diferentemente do predito pela teoria. Por outro lado, quanto maior é a concorrência nas eleições para a câmara de vereadores, melhor é a situação da previdência municipal no longo prazo. Prefeitos que governam com apoio da maioria no Legislativo entregam níveis de fundeamento melhores, mas os que estão no segundo mandato cuidam menos dos fundos de previdência.

SUMÁRIO EXECUTIVO